

Editorial

O volume nono, número um do ano de 2015 da Revista Virtual Direito Brasil, pretende compartilhar com a comunidade acadêmica, uma coletânea de textos que apresenta uma análise científica de variados temas atuais da sociedade contemporânea. Dentre eles, destaca-se: A Autonomia Técnica das Agências Reguladoras Brasileiras e a Possibilidade do Controle de suas Decisões pelo Poder Judiciário; Direito, Costume e o Infanticídio Indígena: Uma Abordagem sob a Óptica de Gustav Radbruch; Uma Análise da Efetividade do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana a partir da Política Nacional dos Resíduos Sólidos na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo; Do Estímulo às Cooperativas de Materiais Reciclados a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho; Aspectos Relevantes do Processo de Execução no Diploma Legal de 2015; Aspectos Polêmicos da Duplicata Virtual e a Posição Jurisprudencial; Uma Abordagem Sistêmica do Instituto da Arbitragem no Direito Brasileiro e no Mercado Comum do Sul; Normas de Interpretação Contratual no Código Civil de 2002 e no Código de Defesa do Consumidor de 1990; e Das Consequências Jurídicas Impostas ao Depositário Infiel após a Edição da Súmula Vinculante nº 25 do Supremo Tribunal Federal.

No primeiro texto *Camila Antunes Notaro* nossa convidada escreve sobre A Autonomia Técnica das Agências Reguladoras Brasileiras e a Possibilidade do Controle de suas Decisões pelo Poder Judiciário, dizendo que a com a previsão do Estado como ente regulador da atividade econômica, trazida pela Constituição de 1988, abriu-se a possibilidade de adoção, no Brasil, do modelo das agências norte-americanas pelo legislador brasileiro. Salienta a autora que foi num contexto de desestatização iniciado na década de noventa que essas entidades foram recepcionadas pelo sistema jurídico brasileiro, tendo sido criadas sob a forma de autarquias em regime especial, com consequente autonomia financeira, normativa e técnica. O objetivo do presente artigo foi analisar a relação entre a independência técnica, característica basilar do modelo dessas Entidades, e a possibilidade do Poder Judiciário de controlar as decisões emanadas das Agências Reguladoras, dentro do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição. Ao final, nossa convidada conclui que o Judiciário não pode imiscuir-se em decisões administrativas baseadas em elementos que não são dominados por tal Poder, já que as agências reguladoras são constituídas por técnicos, especialistas nas matérias afetas ao

setor regulado, não podendo isso significar a impossibilidade de submissão dos atos praticados pelas agências ao crivo do Judiciário, mas a necessidade de uma especial cautela da autoridade jurisdicional no tocante à análise.

O segundo texto também de *Camila Antunes Notaro* aborda Direito, Costume e o Infanticídio Indígena: Uma Abordagem sob a Óptica de Gustav Radbruch. Diz a autora que a Constituição de 1988 consagrou vários direitos aos indígenas, dentre eles, o direito aos costumes, e que tendo em vista que por ela também foram assegurados direitos e garantias fundamentais, como direito à vida e à igualdade, o infanticídio indígena praticado em algumas tribos brasileiras coloca-se no centro da discussão quando do cotejo entre o direito positivado e o costume praticado. O presente artigo traz a baila os conceitos de direito e costume, de acordo com Gustav Radbruch, para, com supedâneo no entendimento desse autor, possa-se analisar a questão.

Na sequência o *Prof. Fernando Silveira Melo Plentz Miranda* apresenta o artigo Uma Análise da Efetividade do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana a partir da Política Nacional dos Resíduos Sólidos na Cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo. Este estudo teve por objetivo enfrentar as realidades sócio-econômicas que apresentam enormes desigualdades sociais bem como buscar a efetivação do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Diz o autor que instituiu-se no Brasil a Política Nacional dos Resíduos Sólidos, o qual prevê, entre outros, a reciclagem de materiais e que desta maneira, os mecanismos de aplicação da lei podem beneficiar muitos cidadãos brasileiros que vivem na miséria extrema a terem uma vida mais digna.

O quarto artigo intitulado Do Estímulo às Cooperativas de Materiais Reciclados a partir da Política Nacional de Resíduos Sólidos e do Programa Nacional de Fomento às Cooperativas de Trabalho escrito por *Karina Giancoli Reguengo Ribeiro de Oliveira* tem por objetivo analisar o papel da Política Nacional dos Resíduos Sólidos e do PRONACOOP no desenvolvimento das Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, demonstrando os mecanismos adotados para estimular o crescimento de tais cooperativas, bem como o desenvolvimento pessoal do catador, proporcionando-lhe uma vida digna.

No quinto artigo a *Profa. Maria Bernadete Miranda* trata de um tema novo e interessante intitulado Aspectos Relevantes do Processo de Execução no Diploma Legal de 2015. Destaca a autora que na tentativa de enfrentar as inúmeras discussões advindas do Código de Processo Civil, este estudo tem por objetivo examinar o processo de execução no novo Diploma Legal. A pesquisa ampara-se na necessidade de demonstrar que se faz

necessário um estudo profundo, com intuição e senso jurídico, examinando-se cada artigo do novo dispositivo, no que tange ao processo de execução, para assim, apresentar as principais modificações e propostas trazidas pela nova Lei Processual. Sem prejuízo da necessidade de melhor análise da redação atual e de outras invocações que poderão ser trazidas pelo Código de Processo Civil, espera-se que o novo diploma venha a trazer não só a tão preconizada e clamada celeridade processual, mas também regras que prezem a efetividade do processo e mecanismos que visem à plena satisfação das obrigações, condições inexoráveis a um ambiente interno eivado de verdadeira segurança jurídica.

Na sequência a *Profa. Maria Bernadete Miranda* apresenta o artigo intitulado Aspectos Polêmicos da Duplicata Virtual e a Posição Jurisprudencial. Este estudo teve por objetivo examinar uma nova forma de título de crédito, a duplicata virtual e a posição de nossos tribunais. Assim, a presente pesquisa ampara-se na necessidade de demonstrar à sociedade que se faz necessária esta nova modalidade de título de crédito, procurando estabelecer, de forma sintética, as suas principais características, divergências doutrinárias e posição na jurisprudência. A autora aborda o tema a partir de uma vigorosa pesquisa doutrinária e jurisprudencial, e desta maneira, apresenta um estudo, ainda que sucinto, dos mecanismos jurídicos que asseguram a efetivação desse instituto no Brasil.

O sétimo artigo, também da *Profa. Maria Bernadete Miranda* intitula-se Uma Abordagem Sistêmica do Instituto da Arbitragem no Direito Brasileiro e no Mercado Comum do Sul. Como tentativa de enfrentar uma nova forma de solução de conflitos, este estudo tem por objetivo examinar o instituto da arbitragem no Direito Brasileiro e no Mercado Comum do Sul. Assim, a presente pesquisa ampara-se na necessidade de demonstrar à sociedade que se faz necessária esta modalidade de solução de conflito, procurando estabelecer, de forma sintética, as suas principais características. A autora apresenta o tema a partir de uma vigorosa pesquisa doutrinária, e desta maneira, apresenta um estudo comparado, ainda que sucinto, dos mecanismos jurídicos que asseguram a efetivação desse instituto no Brasil e no Mercosul.

Nosso querido e estimado convidado *Des. Newton De Lucca* apresenta no oitavo artigo Normas de Interpretação Contratual no Código Civil de 2002 e no Código de Defesa do Consumidor de 1990. O ilustre professor salienta que sem embargo de todas as outras considerações que poderiam ser aduzidas a respeito dessa velha dicotomia, o certo é que a função que, modernamente, desempenham as normas-objetivo, tal como o citado art. 4º do CDC brasileiro, assume decisiva importância no contexto da civilização contemporânea. Ressalta que se pode dizer, em síntese, que todas essas normas do CDC destinadas à

proteção contratual dos consumidores estão calcadas, quer nas próprias normas de natureza principiológica, constantes do início do Código, quer nas diretrizes constitucionais, no sentido da proteção ao consumidor. Conclui o autor que ficou definitivamente para trás aquela hipocrisia consubstanciada na igualdade das partes diante do contrato, assim como na afirmação peremptória de que este deve necessariamente ser cumprido, independentemente de considerações de ordem pública e finaliza dizendo que não se concebe mais, na sociedade contemporânea, que o contrato possa se apresentar com o aparato do definitivo.

O nono artigo Das Consequências Jurídicas Impostas ao Depositário Infiel após a Edição da Súmula Vinculante nº 25 do Supremo Tribunal Federal de autoria de *Roberta Castanho* desenvolve um estudo acerca da responsabilização do depositário infiel após a edição da Súmula Vinculante número 25 do Supremo Tribunal Federal, realizando um retrospecto ao passado desde os primeiros textos onde se fala sobre a prisão civil até os dias atuais, ou seja, sua abolição do ordenamento jurídico. Neste liame esta pesquisa iniciou-se com a origem do instituto da prisão civil, acompanhando desde seu surgimento, formas e lugares de sua aplicação, observando a Constituição Federal, e distinguindo o depositário fiel do infiel, chegando à impossibilidade jurídica de sua prisão, através da incorporação dos tratados em nosso ordenamento e posteriormente a edição da Súmula Vinculante número 25.

As Palestras proferidas pela *Profª Maria Bernadete Miranda*, são slides de apresentações no *power point* em forma de aulas, sobre diversos temas. Dentre eles, vale destacar *Síntese dos Recursos no Código de Processo Civil de 2015* e *Instituto da Mediação – Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015*.

Além dos Artigos e Palestras esta coletânea apresenta Ensaio de autoria da *Profª Maria Bernadete Miranda*, dentre eles destaca-se: *Aspectos Emergentes do Ônus da Prova no Novo Código de Processo Civil e Nova Lei de Mediação*.

A coletânea apresenta os resultados das pesquisas científicas realizadas pela *Profª Maria Bernadete Miranda*, juntamente com colegas do curso da graduação e da pós-graduação que, nesta parceria, legitimam a relevância dos movimentos de integração acadêmica para o desenvolvimento científico.

Profª Msc. Maria Bernadete Miranda